

política

PSDB decide hoje possível fusão com o Podemos

Tucanos passam por reformulação após perderem espaço nacional

/ PARTIDOS

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

Partido que comandou o Brasil por oito anos (1995-2002), durante as gestões do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB está passando por um processo de reformulação. Hoje, a executiva nacional da sigla irá se reunir para decidir o futuro dos tucanos e uma possível fusão com o Podemos.

O PSDB vem perdendo espaço no cenário nacional, principalmente a partir das eleições de 2018, quando se intensificou uma polarização política no Brasil entre o PT, do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Já naquele momento os tucanos viram uma redução pela metade de governadores eleitos, partindo de seis no pleito de 2014 para apenas três.

Em 2022, o PSDB repetiu os três governadores eleitos, mas um deles deixou o partido no meio do mandato, a chefe do Executi-

vo de Pernambuco, Raquel Lyra, que migrou para o PSD de Gilberto Kassab. Especula-se que em breve o mesmo ocorra com o gaúcho Eduardo Leite, o que significaria que apenas um governador permaneceria na sigla, o sul-matogrossense Eduardo Riedel.

Apesar de nos bastidores líderes do PSD no Rio Grande do Sul afirmarem que está praticamente certa a ida de Leite ao partido, os tucanos trabalham para convencer o gaúcho a permanecer na sigla.

O presidente do PSDB nacional, ex-governador de Goiás Marconi Perillo, tem insistido que o governador do RS é o pré-candidato da legenda à presidência da República em 2026, um desejo que Leite não esconde e que reafirmou nos últimos dias em entrevistas a veículos de imprensa.

No PSD, a candidatura de Eduardo Leite ao Palácio do Planalto, ainda mais liderando uma chapa, é mais complicada, pois ele terá de disputar a indicação partidária com outros quadros, como,

por exemplo, o governador do Paraná, Ratinho Júnior.

A sigla comandada por Kassab se concretizou como o partido que mais elegeu prefeitos no Brasil nas eleições municipais do ano passado - 887. Apesar disso, em solo gaúcho o PSD tem dificuldades de avançar a sua representatividade e, no pleito de 2024, elegeu quadros em apenas 12 prefeituras do Estado.

Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a realidade não é muito diferente: o partido tem apenas uma cadeira, hoje ocupada pelo deputado estadual Dimas Costa, suplente do atual Secretário de Esporte do Estado, Gaúcho da Geral. Na Câmara Municipal de Porto Alegre ocorre a mesma coisa, com a vereadora Cláudia Araújo sendo a única representante da sigla.

Com a concretização da filiação de Leite ao PSD, o partido passa a ter um nome forte no Rio Grande do Sul, tendo em vista que é o único governador gaúcho a alcançar a reeleição desde a redemocratização, em 1985.

PP e União Brasil decidem formalizar federação

Dois partidos com ampla representatividade no Congresso Nacional, o PP e o União Brasil irão anunciar federação nesta terça-feira, às 15h, em Brasília. A partir disso, as siglas passarão a ter 106 de um total de 513 cadeiras na Câmara dos Deputados e se consolidarão como a maior bancada. No Senado, alcançarão 14 vagas, mesmo número de PL e PSD.

No âmbito do Rio Grande do Sul, também haverá crescimento. O PP foi a sigla que mais elegeu prefeitos no Estado em 2024

e, com o acréscimo de gestores municipais do União, a federação chegará ao comando de 186 prefeituras gaúchas. Na Assembleia Legislativa do RS, o grupo terá 10 parlamentares, o que significa que apenas a federação PT-PCdoB tem mais cadeiras, com 12.

Uma federação funciona como um partido único, pelo menos para a Justiça Eleitoral. Assim, a distribuição de vagas legislativas ocorre pela soma dos votos de candidatos de partidos que integram a federação, e com

aplicação dos quocientes eleitoral e partidário. Demais regras válidas para siglas únicas também servem para legendas federadas.

Atualmente, há três federações no Brasil: PSDB-Cidadania; PT-PV-PCdoB; e PSOL-Rede. Quando uma federação é oficializada, ela é válida por quatro anos. Dessa forma, este acordo entre o União Brasil e o PP se estende até 2029, o que significa que os partidos estarão juntos por pelo menos duas eleições - as gerais de 2026 e as municipais de 2028.

Projetos com regime de urgência trancam pauta do Parlamento gaúcho

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Os deputados estaduais se reunirão em sessão plenária nesta terça-feira, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para apreciar projetos que constam na ordem do dia. Há cinco matérias enviadas em regime de urgência ao Parlamento pelo governo Eduardo Leite (PSDB), e que devem ser votadas para "destrancar" a pauta.

Quando um projeto é enviado ao Legislativo em regime de urgência, ele tem um prazo fatal para ser apreciado que, em caso de ser extrapolado, impede a votação de outras matérias. Para hoje, as propostas tratam de contratações emergenciais para o Instituto-Geral de Perícias (IGP) e duas autorizações ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) de transferência da titularidade de segmentos de rodovias a municípios.

Além deste projeto, está trancando a pauta na Assembleia um veto parcial do Executivo a um projeto que estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores gaúchos. O texto em questão é de autoria do deputado estadual Pepe Vargas (PT), atual presidente da casa.

Havendo a apreciação das cinco matérias em regime de urgência, os parlamentares po-

derão passar para a votação de outros sete projetos de lei que constam na ordem do dia.

O destaque fica para uma proposta da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), em que, no caso de aprovação em plenário seguida pela sanção do governador, fica criada uma cota de 20% para negros no ingresso a cargos efetivos no órgão.

O projeto é de 2018 e desde o início deste ano esteve presente nas pautas para votação dos parlamentares. Porém, ainda não foi apreciado, pois o deputado Matheus Gomes (PSOL) iniciou uma articulação com a PGJ para que fosse desenvolvida uma emenda para que as cotas sejam expandidas também para os estagiários.

Os parlamentares também poderão apreciar outra emenda, de autoria da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia, que prevê que a cota para negros seja de 30%, em vez dos 20% propostos no projeto original.

A Assembleia Legislativa deve promover amanhã uma sessão solene para homenagear os 190 anos do Parlamento do Rio Grande do Sul.

A cerimônia oficial estava marcada para a semana passada, mas foi adiada em razão do luto pelo falecimento do papa Francisco.



Plenário deve analisar cinco matérias que obstruem avanço das votações

CPI da Pousada Garoa fará sessão sem público para ouvir sobreviventes do incêndio

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Após o não comparecimento das testemunhas convocadas para a sessão de ontem, os vereadores que compõem a CPI da Pousada Garoa aprovaram requerimentos para o envio de documentos e o registro de novas oitivas. Uma das solicitações aceitas autoriza a realização de sessões sem espectadores ex-

ternos, para que as testemunhas se sintam mais à vontade de expor seus relatos.

Segundo o vereador Ramiro Rosário (Novo), que enviou o pedido para sessões mais privadas, as testemunhas têm se sentido ameaçadas e ocultado fatos de seus depoimentos. "Tivemos informações, posterior à sua fala durante a sessão, de que uma das testemunhas

gostaria de ter falado mais e dado mais detalhes sobre o que aconteceu na noite do incêndio, mas ficou com receio de possíveis represálias", explicou. A testemunha será convocada novamente para um oitiva apenas com os vereadores.

Os parlamentares também autorizaram a solicitação de envio dos laudos periciais do Instituto-Geral de Perícia e as mensagens

trocadas pelo porteiro da unidade incendiada e André Kologeski da Silva, dono das Pousadas Garoa. Os vereadores suspeitam que havia uma comunicação prévia aos estabelecimentos da rede sobre quando ocorreriam as fiscalizações da prefeitura. Também requisitaram o envio do laudo de liberação do uso de prédio e adicionaram novos nomes à lista de testemunhas, como

os sócios da empresa que forneciam extintores de incêndio às pousadas e o bombeiro que efetuou os resgates na noite da tragédia.

Segundo o presidente da CPI, Pedro Ruas (PSOL), o encerramento dos trabalhos está previsto para o dia 15 de junho. Na próxima semana, a expectativa é ouvir Cristiano Roratto, ex-presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc).